

1 MEC/SETEC

2 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO  
3 SUL – CAMPUS RIO GRANDE

4 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CAMPUS

5 ATA Nº 09/2016

6 Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às dezesseis horas,  
7 reuniram-se no mini auditório do *Campus* Rio Grande do Instituto Federal de Educação,  
8 Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), os membros do Conselho de *Campus*,  
9 sob a presidência do Diretor Geral, Prof. Alexandre Jesus da Silva Machado. Presentes os  
10 Conselheiros Titulares do Corpo Docente: Cleiton Pons Ferreira, Luiz Angelo Sobreiro Bulla  
11 e Serguei Nogueira da Silva; Conselheiros Titulares do Corpo Técnico-Administrativo:  
12 Aliana Anghinoni Cardoso e Priscila de Pinho Valente; Conselheiros Titulares do Corpo  
13 Discente: Edgar Rediss, Leonardo Elesbão Cunha, Luan Rolhano Antiqueira. Presente  
14 também os Conselheiros Suplentes: Professor Ricardo Freitas Vergara, o Técnico  
15 Administrativo em Educação Artur Freitas Arocha e a Técnica Administrativa em Educação  
16 Lúcia Helena Mendes Borges, que secretariou a reunião. Ausente a Conselheira Loraine  
17 Lopes da Silva e os representantes do Setor Produtivo: Rober William dos Santos - que  
18 será excluído do CONCAMP pelo excesso de faltas não justificadas -, o Conselheiro Titular  
19 de 18º CRE, Aldemir da Silva Cabral e o representante discente egresso, Rafael Garcia  
20 Menestrino. O Presidente iniciou a reunião às dezesseis horas e onze minutos, falou da  
21 presença do senhor Alexandre Gotz das Neves, que solicitou falar por quinze minutos,  
22 quando fosse discutido o assunto de solicitação de aproveitamento de estudos do aluno  
23 Guilherme Gotz das Neves, seu filho. Os Conselheiros foram consultados sobre a  
24 solicitação, e todos foram a favor do manifesto. Na sequência, o Presidente do Conselho  
25 justificou a falta do Conselheiro Rafael Menestrino Garcia, que estava em um compromisso  
26 de trabalho. O Conselheiro Aldemir da Silva Cabral justificou a ausência devido a  
27 compromissos anteriormente agendados. Passou-se então para o primeiro assunto da  
28 pauta: **Aprovação das Atas nº 07/2016 e 08/2016**. Como os conselheiros já tinham ciência  
29 do conteúdo destes documentos passou-se à discussão e votação, sendo ambas  
30 aprovadas por unanimidade. O Presidente encaminhou o segundo assunto da pauta:  
31 **Apreciação do parecer final referente ao processo do Plano de Ação 2017**. Solicitou ao  
32 Conselheiro Cleiton Ferreira que fizesse a leitura do parecer na íntegra. Houve discussão  
33 na plenária, após passou-se à votação, sendo o voto do Relator e da Câmara aprovados  
34 por unanimidade. Com relação aos cortes no orçamento, o Presidente do Conselho reiterou  
35 que há aproximadamente dois meses não recebe diárias para viagens de convocação e que  
36 algumas reuniões estão sendo realizadas por web conferência, a fim de economizar com o  
37 deslocamento. O Conselheiro Ricardo Vergara questionou se os Coordenadores de Curso  
38 já têm pleno conhecimento da questão orçamentária, obtendo como resposta do Presidente  
39 do Conselho que todos serão informados, e, mesmo com a ciência, não se pode afirmar

40 que o orçamento previsto será executado na íntegra. Passou-se para o terceiro assunto de  
41 pauta: **Apreciação de parecer do processo de solicitação de aproveitamento de**  
42 **estudos do aluno Guilherme S. H. G. das Neves.** Conforme solicitado à plenária no início  
43 da reunião, foi concedida a palavra ao Sr Alexandre Gotz das Neves, pai do aluno  
44 anteriormente referido, que falou brevemente sobre a trajetória de seu filho e leu na íntegra  
45 uma carta escrita pelo aluno Guilherme. A seguir, Sr. Alexandre solicitou que esta carta  
46 fosse anexada ao processo, e, por fim, agradeceu o espaço oportunizado para sua  
47 manifestação. Na sequência, o Presidente do Conselho solicitou ao Conselheiro Luiz  
48 Angelo Bulla que fizesse a leitura do parecer de sua Câmara para que o assunto passasse  
49 a ser discutido pela plenária. Passada a palavra à plenária, o Conselheiro Luiz Angelo Bulla  
50 e Conselheiro Serguei da Silva reiteraram que Guilherme era excelente aluno e bastante  
51 comprometido em suas atividades. O Conselheiro Bulla argumentou que o parecer de sua  
52 câmara foi baseado na atual Organização Didática do IFRS e que em nenhum momento  
53 houve intenção de prejudicar o aluno, como argumentou o pai, referindo-se a um episódio  
54 ocorrido no período de campanha eleitoral para direção do Campus. Salientou também que  
55 não foi candidato e nem trabalhou em nenhuma campanha dos então candidatos à direção  
56 geral no pleito passado, descartando assim qualquer possibilidade de represálias contra o  
57 discente Guilherme das Neves, em função de suas manifestações em prol de um ou outro  
58 candidato naquela ocasião. Destacou ainda que o parecer dado foi embasado na  
59 Organização Didática e que na ocasião do processo do aluno egresso João nós ainda não  
60 tínhamos a Organização Didática e que desta forma o posicionamento do conselho de  
61 *Campus* foi baseado na Resolução 188/2010. Na ocasião o conselho de *Campus* entendeu  
62 como sendo um caso omissis à resolução e se posicionou de forma a causar o menor  
63 prejuízo possível ao aluno. Destacou ainda que hoje nós temos uma regulamentação  
64 vigente que é a Organização Didática, a qual serviu como base para a argumentação do  
65 parecer da câmara. A Conselheira Aliana Cardoso ratificou o que foi dito, mencionou que  
66 esteve envolvida na avaliação deste processo, o analisou de forma técnica e emitiu parecer  
67 enquanto representante da Coordenação Pedagógica e que não acredita que nenhum  
68 servidor envolvido nesse processo tenha analisado o pedido do estudante no intuito de  
69 prejudicá-lo, independente de quaisquer boatos que possam existir nesse sentido.  
70 Complementou alertando que as dificuldades em analisar casos como o que envolve o  
71 estudante Guilherme referem-se aos problemas que a instituição enfrenta até hoje em  
72 relação ao convênio com a AFS Intercultura Brasil, em que não ficam claras questões de  
73 operacionalização das adaptações necessárias ao registro acadêmico de estudantes Inter  
74 cambistas. Registrou que o Campus Rio Grande, representado pelo Diretor de Extensão,  
75 pela Coordenadora de Registro Acadêmico e pela Coordenação Pedagógica já vem  
76 tentando respaldo da Reitoria nesse sentido, sem sucesso. Acrescentou que há outro aluno  
77 em tratativas de intercâmbio e sugere que seja realizada uma reunião com os responsáveis  
78 da aluna para esclarecimentos. O representante discente, conselheiro Edgar Rediss,

79 argumentou que durante o tempo em que está na instituição, e principalmente agora como  
80 conselheiro, tem observado que todos os encaminhamentos adotados dentro da instituição  
81 tem como objetivo principal o bem-estar do aluno. Argumenta ainda ver no dia a dia da  
82 instituição a preocupação de preservar o aluno. Foi dada a palavra novamente ao Senhor  
83 Alexandre das Neves, pai do aluno Guilherme, este argumentou que apesar do parecer da  
84 câmara ter se baseado na Organização Didática e que antes em outra ocasião, o caso era  
85 omissivo, nenhum regimento pode retroagir a fim de prejudicar alguém. Que não existe  
86 nada na legislação que possa vir a prejudicar. Citou inclusive como exemplo os homicídios,  
87 121, de doze a trinta anos, matar alguém. Mas se a lei mudar agora ela não poderá  
88 prejudicar os casos passados. Entende que se já existiu um caso, a todos os demais devem  
89 ser aplicadas a analogia, já que as mudanças nos regimentos não podem vir para  
90 prejudicar alguém. O conselheiro Bulla argumentou que a Organização Direção entrou em  
91 vigor no ano passado, e que sendo assim, os fatos ocorridos a partir da aprovação da  
92 Organização Didática devem ser analisados à luz da OD. No caso anterior não se tinha  
93 ainda a OD em vigor, mas que a partir do ano passado o IFRS têm a Organização Didática.  
94 Disse ainda que a Organização Didática é posterior ao processo do aluno agora egresso,  
95 João Neto, entendeu que desta forma não existe ação retroativa. Colocado em votação, o  
96 parecer foi aprovado por unanimidade. Passou-se ao quarto assunto da pauta: **Apreciação**  
97 **do parecer sobre a inclusão do Núcleo de Assessoramento na estrutura**  
98 **organizacional do Campus Rio Grande.** O Presidente do Conselho solicitou à  
99 Conselheira Priscila Valente que fizesse a leitura do parecer deste processo. O Conselheiro  
100 Luiz Angelo Bulla questionou a lotação do Auditor no Núcleo de Auditoria e Contabilidade.  
101 Contextualizou ao Conselho que por ocasião da construção coletiva do processo de  
102 flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnicos administrativos, foi solicitada a  
103 criação de um Núcleo formado pelo Auditor e pelo então Contador, o servidor Roberto  
104 Fossati. Naquele momento houveram argumentações no que diz respeito à importância do  
105 Núcleo proposto. Logo a seguir, quando a flexibilização foi negada pela Reitoria a esses  
106 servidores, este Núcleo acabou por não ser efetivado. Acrescenta que a criação de um  
107 Núcleo de Assessoramento seria para posterior solicitação de alteração de carga horária  
108 dos seus integrantes. A Conselheira Priscila Valente disse haver conversado com o servidor  
109 Roberto Fossati, com intenção de que fosse documentada a exclusão do Núcleo de  
110 Contabilidade, aprovado anteriormente por este Conselho. O Presidente do Conselho falou  
111 da importância do Núcleo de Assessoramento para o Gabinete da Direção e que, com a  
112 saída do NUME (Núcleo de Memória – FURG), o espaço seria ocupado pela Direção Geral,  
113 juntamente com o Núcleo de Assessoramento. A Conselheira Aliana Cardoso rememora  
114 que desde setembro deveriam estar atualizados os Núcleos dentro do Regimento do  
115 *Campus*. Sugere que seja feito um levantamento para instrumentalizar a atualização do  
116 Regimento do Campus, esclarecendo os setores/núcleos/coordenações estão em  
117 funcionamento, tendo em vista que atualmente o nosso Regimento está defasado. Sugere a

118 criação de uma comissão para este fim e ressalta que, deste modo, seria possível atualizar  
119 o regimento interno. Discorre sobre a importância de o Conselho de Campus orientar os  
120 servidores sobre como proceder diante das suas decisões, pois na ocasião da aprovação  
121 da flexibilização de horário dos servidores técnicos administrativos o conselho deliberou a  
122 criação de diversos setores/núcleos sem esclarecer quem deveria ser responsável por esse  
123 encaminhamento. O Conselheiro Luiz Angelo Bulla diz achar estranho o fato de o Auditor  
124 fazer parte do Núcleo de Assessoramento, pois suas atribuições são bem específicas, ou  
125 seja, de auditar. Sugere que primeiramente seja regulamentada a exclusão do Núcleo  
126 antigo no qual o Contador e Auditor estavam lotados, com os devidos argumentos que  
127 justifiquem tal exclusão. Destacou que somente um memorando não configura a extinção. O  
128 conselheiro diz que na sua opinião a criação do Núcleo é para viabilizar a implementação  
129 do regime de trinta horas, onde estaria incluído o Auditor. Lembra que na ocasião do envio  
130 das propostas dos setores para viabilização das trinta horas, a reitoria deixou claro que seu  
131 entendimento era de que os auditores não poderiam fazer as trinta horas, até porque tem-  
132 se apenas um auditor em cada campus, sendo que alguns campus ainda nem tem a figura  
133 do auditor. Salaria que todos os setores solicitados foram criados e que o único que não foi  
134 contemplado com as trinta horas foi justamente o de Auditoria e Contabilidade. Destacou  
135 também que devemos ter cuidado em se criar setores de acordo com a conveniência dos  
136 servidores, como é o caso deste núcleo. Na sequência, o Conselho discutiu sobre a  
137 flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnicos administrativos ressaltando a  
138 necessidade de que também haja uma adequação do registro dessa situação. As  
139 Conselheiras Aliana e Priscila, como representante dos técnicos, destacaram que hoje a  
140 situação não condiz mais com aquela em que o Campus se encontrava na ocasião da  
141 solicitação da flexibilização e que é muito importante que se atualize os setores, suas  
142 respectivas equipes e os horários de funcionamento, para que fique tudo registrado de  
143 acordo com o previsto no Decreto que orienta a flexibilização da jornada. Foram citados  
144 como exemplos da necessidade de revisão do projeto que fundamentou a flexibilização das  
145 trinta horas dos servidores do *Campus*, a Coordenação Pedagógica e a Coordenação de  
146 Relações Empresariais. Segundo as Conselheiras, na época da formulação do projeto de  
147 flexibilização a Coordenação Pedagógica contava com duas servidoras e mais uma  
148 Coordenadora e hoje conta três servidoras (uma afastada) e nenhuma Coordenadora e isso  
149 precisa ser registrado. Em relação à CORE a servidora Priscila destacou que na época só  
150 havia dois servidores no setor e que um deles possuía função de coordenação o que  
151 impedia as doze horas ininterruptas. A conselheira Priscila relata que conversou com o  
152 servidor Fossati a fim de ver como fica a criação de um novo setor, com a presença do  
153 auditor, já que ele faz parte de outro criado em setembro do ano passado. Diz também que  
154 o regimento do *Campus* precisa ser atualizado com os setores criados na ocasião e,  
155 inclusive com a extinção do núcleo de Auditoria e Contabilidade. Disse também que com  
156 relação às trinta horas, já que provavelmente este assunto venha a ser pautado em futuras

157 reuniões do conselho de *Campus*, é como serão divididos os horários de funcionamento do  
158 novo setor, onde estará a chefia de gabinete com FG, que faz oito horas e a jornalista que  
159 faz vinte e cinco horas semanais. Argumentou que todos os setores que fazem trinta horas  
160 hoje tiveram aprovação deste conselho e da Reitoria. Disse também que a negativa das  
161 trinta horas para o auditor foi da Reitoria e não do *Campus*. O Presidente do conselho,  
162 professor Alexandre disse que a ideia de criação do Núcleo de Assessoramento não foi  
163 dele, mas sim do nosso Reitor, professor Osvaldo. Disse também que quando foi proposto a  
164 criação do núcleo com o auditor e contador juntos, que o então pró-reitor Osvaldo lhe disse  
165 que esta proposta poderia passar no *Campus*, mas que não passaria na Reitoria, porque  
166 auditor e contador exercem atividades diferentes, e que um fiscaliza o outro. Este Núcleo de  
167 Assessoramento se dará de forma diferente, quando o diretor vir a fazer um parecer poderá  
168 pedir auxílio do auditor. Disse que cada um tem suas atribuições bem definidas e que o  
169 assessoramento se dará em situações especiais. Argumentou que está tentando implantar  
170 uma idéia que ele lutou pra isso. Disse que na prática fazer assessoramento não significa  
171 que vai exercer sempre esta função. A conselheira Aliana perguntou ao diretor Alexandre  
172 Machado, qual o contexto que surgiu essa proposta, qual a motivação para essa proposta?  
173 O professor Alexandre argumentou que queria ter a parte de jornalismo junto ao gabinete  
174 para fazer as informações fluírem de forma rápida, e que a ideia do auditor veio no sentido  
175 do mesmo dar algum tipo de assessoramento jurídico. A conselheira Aliana argumentou  
176 que durante a primeira fase de implantação do regime de flexibilização da jornada de  
177 trabalho dos servidores técnicos administrativos a direção da época, cujo diretor era o atual  
178 Reitor, se baseou no decreto que é bastante direto, mas que também tem partes não muito  
179 claras. Explicou que naquela ocasião somente foram contemplados com o regime de trinta  
180 horas Coordenação Pedagógicos, TI e setores de Compras/Contratos e explicou qual era a  
181 lógica de aplicação dos critérios: os setores em que haviam mais de três servidores  
182 poderiam flexibilizar a jornada somente se estes tivessem o mesmo "*naipe*". Ou seja, só  
183 poderiam revezar a escala servidores com as mesmas atribuições e mesmas funções. Na  
184 segunda fase de implantação, durante a greve dos servidores técnicos administrativos, na  
185 tentativa de se propor as trinta horas para os outros setores, as propostas foram  
186 reorganizadas e assim foram encaminhadas as solicitações para a Reitoria, pois a decisão  
187 passou a ser atribuição do gestor máximo da instituição. Naquela ocasião o único setor que  
188 acabou não sendo contemplado foi justamente o de Auditoria e Contabilidade, onde  
189 trabalham os colegas Leandro e Fossati. Ela disse que se for encaminhado assim dessa  
190 forma para o setor que está sendo proposto, o atual reitor vai ter que interpretar de maneira  
191 diferente do que já foi feito, já que este novo setor não terá um servidor de cada "*naipe*",  
192 sendo que um deles tem FG fazendo oito horas diárias, a outra servidora com jornada  
193 específica de jornalista de vinte e cinco horas semanais ou cinco horas diárias e um terceiro  
194 servidor que seria o auditor faria seis horas diárias. Aliana destaca que tem urgência em se  
195 atualizar os processos de trinta horas, já que as pessoas dos processos originais já não

196 estão com a mesma configuração. Cita como exemplo o setor da Coordenação Pedagógica  
197 que na época tinha uma servidora com FG, que era ela, e mais duas pessoas de mesma  
198 função. Hoje ela está num setor que não tem mais FG, e só tem mais uma colega com a  
199 mesma função. A outra colega que era da Coordenação Pedagógica, agora está em outro  
200 setor. Disse ainda que o setor continua funcionando trinta horas. Isso tudo afim de que os  
201 documentos que regulamentam os setores correspondam com a realidade. O conselheiro  
202 Cleiton destaca que devemos analisar o mérito da criação do setor e que a adoção do  
203 regime de trabalho deve ficar para outra ocasião. Disse também que, em conversa com o  
204 servidor Fossati, este já concordou em sair daquele setor anteriormente já criado. Disse que  
205 concorda com a criação do núcleo, mas que se preocupa com o fato de que a criação deste  
206 núcleo venha a onerar outros departamentos da instituição. Ou seja, que para  
207 complementar este núcleo venha a se deslocar outros servidores de outros setores da  
208 instituição. O conselheiro Luiz Angelo Bulla afirmou que a criação do núcleo de auditoria e  
209 contabilidade foi criado numa tentativa de se localizar os servidores com atividades ditas  
210 como comuns, e que o primeiro passo a ser tomado é de encaminhamento da extinção do  
211 núcleo já criado. O presidente do Conselho disse que este documento já está no processo.  
212 O conselheiro Bulla disse que isso foi aprovado pelo conselho e originou uma resolução  
213 específica para aquele fim. Acredita que tenha que ser aberto outro processo específico  
214 para tal fim. Disse ainda que na sua opinião o auditor faz auditoria, e desta forma não pode  
215 fazer auditoria e dar assessoria. Dá como encaminhamento a extinção do núcleo anterior e  
216 depois criar o novo setor. O conselheiro Bulla argumentou que o processo das trinta horas foi  
217 um processo longo e trabalhoso e que foi aprovado pelo conselho de campus e depois  
218 foram autorizados com portaria da reitoria. Salientou que hoje, boa parte dos setores não  
219 cumprem os horários especificados na portaria emitida pela reitoria. Argumentou que os  
220 setores ligados ao ensino tiveram seus horários de funcionamento aprovados no período da  
221 sete e quarenta e cinco até às vinte uma e quinze, e que hoje estes setores funcionam das  
222 oito da manhã até as vinte horas. O diretor disse que a biblioteca faz o horário das oito até  
223 as vinte e duas horas, sendo que das vinte até as vinte e duas horas fica aberta uma sala  
224 de leitura com os cuidados de um vigilante. Bulla disse que o setor da biblioteca perdeu  
225 uma servidora e que até agora não foi repostos um servidor naquele setor. Lembrou que o  
226 vigilante não é servidor do campus e que este não pode fazer parte da escala das trinta  
227 horas. Perguntou porque não tem Coordenadora Pedagógica? O diretor disse que recebeu  
228 uma carta para não ter mais coordenador no setor. Disse que não tem porque foi enviado  
229 por escrito e que foi uma solicitação da equipe pedagógica. O conselheiro Bulla disse que  
230 isso fere o regimento, já que no mesmo está explicitado o cargo de coordenador  
231 pedagógico. O diretor sugeriu que o assunto é complexo e que precisa ser discutido em  
232 outra ocasião. Sugeriu que se encaminhem para votação o voto do relator e da câmara e  
233 que as demais questões possam ser discutidas depois. A conselheira Aliana sugeriu como  
234 encaminhamento a criação de uma comissão para tratar desses assuntos que abordam a

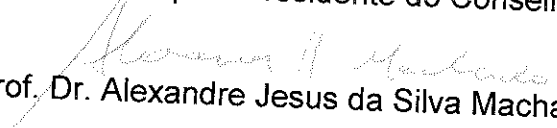
235 criação de setores e exclusão de outros. O conselho pode nomear uma comissão para  
236 analisar todas estas questões que estão sendo colocadas aqui. O Diretor encaminha a  
237 proposta de criação do setor de Assessoramento, de acordo com o parecer da câmara para  
238 votação. O conselheiro Bulla destaca a questão dos servidores e que o parecer faz menção  
239 a não remoção de servidores para este novo setor sem antes recompor os setores onde  
240 faltam servidores. Após as devidas considerações, o voto da Relatora e da Câmara foi  
241 submetido à apreciação, sendo aprovados por unanimidade. O Presidente do Conselho  
242 introduz a apresentação da quinta pauta: **Apreciação do parecer do processo de**  
243 **solicitação de alteração de regime de trabalho do servidor Rodrigo Jorge Macedo.**  
244 Solicita-se ao Conselheiro Serguei da Silva que leia na íntegra o parecer do processo. O  
245 voto do relator é favorável, feita a ressalva de ser anexado ao processo o parecer da  
246 Comissão Permanente do Pessoal Docente – CPPD. Este documento já se encontrava  
247 anexo ao Processo. O Presidente do Conselho encaminha a votação. Não havendo voto  
248 contrário, foi aprovado por unanimidade o voto do Relator e da Câmara. Passou-se ao sexto  
249 assunto da pauta: **Apreciação do parecer do processo de solicitação de liberação de**  
250 **horário para qualificação do servidor Fábio Rios Kwecko, aprovado ad referendum.** O  
251 Presidente do Conselho solicitou à Conselheira Aliana Cardoso para que procedesse a  
252 leitura do parecer. O voto da relatora foi favorável. A seguir, o Presidente do Conselho se  
253 dirigiu à plenária para discussão e votação. Não houve voto contrário e o voto da Relatora e  
254 da Câmara foram aprovados por unanimidade. Na sequência, passou-se ao sétimo assunto  
255 da pauta: **Apreciação do parecer do processo de solicitação de afastamento para**  
256 **estudos do servidor Daner Silva Martins, aprovado ad referendum.** O Presidente do  
257 Conselho solicitou ao Conselheiro Serguei da Silva que procedesse a leitura na íntegra do  
258 parecer. A terceira câmara aprovou o voto do relator. Após a leitura encaminhou-se a  
259 discussão e votação. Não houve voto contrário, havendo a aprovação por unanimidade.  
260 Posteriormente, passou-se aos **Assuntos Gerais**. A Conselheira Aliana sugere que seja  
261 retomado os assuntos: revisão do Regimento do Campus e flexibilização do regime de  
262 trabalho das trinta horas. Após discussão, o Conselho sugere a composição de um grupo  
263 de trabalho para levantamento da lotação dos servidores. Indica que o grupo seja composto  
264 por um representante do Conselho, um servidor da COGEP e um servidor da Direção. Ficou  
265 acordado que o representante do Conselho seja Luiz Angelo Bulla. O Conselheiro Luiz  
266 Angelo Bulla sugere que seja realizado um primeiro levantamento das composições de  
267 cada Setor ou Núcleo de trabalho no *Campus*, independente dos que já têm a flexibilização  
268 de carga horária. A Conselheira Aliana indica a criação de um segundo grupo de trabalho  
269 para revisão da jornada de trabalho flexibilizada, e que, para isto, seja resgatado o grupo  
270 formado pelos servidores técnicos administrativos durante a greve de dois mil e quatorze.  
271 Após discussão da plenária ficou decidido que seriam formados os dois grupos de trabalho  
272 sugeridos, sendo que para o grupo de trinta horas ficou acertado a indicação de algum



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO GRANDE DO SUL  
Campus Rio Grande

273 servidor da Direção de Administração. Não houve mais nenhum assunto a tratar, a reunião  
274 foi encerrada pelo Presidente do Conselho.

275

  
Prof. Dr. Alexandre Jesus da Silva Machado

Presidente do CONCAMP

  
Prof. Dr. Luiz Angelo Sobreiro Bulla

Decano do CONCAMP